

## ATA DA QUADRAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito, na sala nº 304 do edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e trinta minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP reuniu-se em sessão ordinária, com a presença dos seguintes membros: Sylvio de Andrade Junior, representante suplente do Ministério da Justiça e Presidente desta Sessão; Sidnei Borges Fidalgo, representante suplente da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP; Débora Nogueira Bezerra, representante suplente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Alessandro Ferreira dos Passos, representante suplente da Casa Civil da Presidência da República e Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. A Procuradoria-Geral da República não indicou representante para esta reunião. Participaram também da Sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O Presidente da Sessão, após os cumprimentos de praxe, apresentou e deu as boas-vindas ao representante suplente da Casa Civil da Presidência da República, o Senhor Alessandro Ferreira dos Passos. Em seguida, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Apreciação de 03 projetos estaduais e 02 municipais e 2) *Apresentação do Projeto da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública em agosto/2009* (Alberto Liebling Kopittke – Coordenador-Geral da Primeira Conferência e Assessor Especial do Ministro).

**DELIBERAÇÕES:** Aberta a sessão, o Presidente concedeu a palavra ao servidor Cleverton Lautert Cruz. Este servidor inicialmente informou ao Conselho que apresentaria os projetos relacionados à aquisição de helicópteros ou aeronaves. Antes, porém, o servidor relatou que o Secretário Nacional de Segurança Pública, por meio da Portaria Nº 18, de 8/07/2008, publicada no DOU Nº 145, 30/07/2008, constituiu a Comissão de Aviação de Segurança Pública para tratar de assuntos referentes às atividades aeropolicial em virtude da grande demanda apresentada pelos estados e, também, em razão do valor elevado desse tipo de equipamento. O servidor declarou que de acordo com a mencionada portaria, a Comissão tem as seguintes atribuições: 1) propor diretrizes para implantação e aperfeiçoamento da Aviação de Segurança Pública de maneira integrada entre as polícias federais, as polícias estaduais e do distrito federal, os corpos de bombeiros militares e das guardas municipais, bem como da Força Nacional de Segurança Pública; 2) realizar pesquisas, análises, avaliações, estudos e pareceres acerca da Aviação de Segurança Pública, especialmente quanto à equipamentos, materiais, doutrina, formação e capacitação; 3) constituir grupos de trabalho específicos para desenvolvimento da Aviação de Segurança Pública; 4) acompanhar, fiscalizar e examinar o uso das aeronaves adquiridas, reparadas ou reconstruídas com recursos financeiros da SENASP, de ofício ou mediante solicitação do respectivo gestor/concedente e 5) propor melhorias e ações para a reestruturação, formalização e implantação do Conselho de Aviação de Segurança Pública do Brasil. Continuando, o servidor destacou que o instrumento em comento determina ainda que a Comissão participe de reuniões, vistorias e visitas técnicas relacionadas ao tema de aviação geral e de segurança pública, segurança de voo e procedimentos legais e administrativos de âmbito aeronáutico com análise, estudos, pareceres, acordos de cooperação, convênios, protocolos de intenções e demais instrumentos aplicáveis à espécie e a fiscalização do emprego das aeronaves, em conformidade com a legislação aplicável e respeitadas as competências dos respectivos órgãos. Em seguida, o servidor informou nominalmente os membros e explicou detalhadamente os aspectos técnicos das aeronaves disponíveis no mercado para utilização em atividades policiais. Na sequência, apresentou os projetos estaduais, a seguir relacionados, que tinham por objeto a aquisição de aeronaves, os quais foram aprovados por unanimidade.

	UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	AM	08020.001297/ 2008-60	Criação do Serviço Aeropolicial da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas	0,00	7.310.000,00	7.310.000,00
2	MT	08020.004264/ 2008-71	Implementação do Serviço Aeropolicial Integrado de Mato Grosso na Área de Segurança Pública	0,00	7.310.000,00	7.310.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>0,00</b>	<b>14.620.000,00</b>	<b>14.620.000,00</b>

Dando prosseguimento, a servidora Cristina Gross Villanova apresentou o projeto vinculado à ação Implantação de Projetos de Prevenção da Violência. Este projeto foi aprovado sem a necessidade de registros especiais.

	UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	MA	08020.002918/ 2008-22	Aparelhamento e Reparelhamento das Delegacias de Atendimento à Mulher nos Municípios de São Luís, Imperatriz, Caxias e Balsas no Estado do Maranhão	56.558,70	858.087,45	914.646,15
<b>TOTAL</b>				<b>56.558,70</b>	<b>858.087,45</b>	<b>914.646,15</b>

Após, a mesma servidora apresentou os projetos municipais a seguir relacionados os quais foram aprovados sem a necessidade de registros especiais:

	UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	Estiva Gerbi/SP	08001.006582/ 2008-03	Apoio ao Reparelhamento das Instituições de Segurança Pública no Município de Estiva Gerbi/SP <b>(Emenda Parlamentar)</b>	0,00	109.729,00	109.729,00
2	Monte Mor/SP	08020.003065/ 2008-46	Reaparelhamento da Guarda Municipal de Monte Mor/SP <b>(Emenda Parlamentar)</b>	0,00	90.000,00	90.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>0,00</b>	<b>199.729,00</b>	<b>199.729,00</b>

Finda a apresentação dos projetos, o Presidente concedeu a palavra ao Coordenador-Geral da Primeira Conferência e Assessor Especial do Ministro, Alberto Liebling Kopittke. Preliminarmente, o servidor declarou que apresentar o Projeto da Conferência ao Conselho Gestor do Fundo tinha um significado muito especial em virtude da importância do Colegiado no contexto da segurança pública brasileira. Como ponto de partida, o servidor declarou que a conferência não é um evento que se esgotará no dia da sua realização, porque a finalidade da conferência é buscar o redesenho da gestão pública brasileira na área da segurança pública, baseando-se nos princípios da Constituição Federal. Entretanto, para que isto efetivamente ocorra será necessária uma seqüência de ações do Estado ao longo do futuro. Prosseguindo, o servidor informou que a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública será realizada nos dias 27 e 28 de agosto de 2009 e destacou as premissas do projeto: a) Participação no Governo Lula. Neste contexto, foi pontuado que no atual governo a participação tem sido algo bastante marcante porque para o Governo o dinamismo da participação social se traduz cada vez mais em políticas públicas inclusivas e ampliadoras da cidadania; Em seguida, o servidor destacou os principais mecanismos de participação, a saber: conferências, conselhos, consultas públicas, PPA, ouvidorias, mesas e negociações; b) Experiências de participação social em segurança pública, dentre as quais foram citadas: conselhos comunitários de segurança; experiências municipais de participação; rede desarma Brasil; Fórum da Cidadania contra a Violência, dentre outros; c) Participação em políticas públicas de saúde. O servidor explicou que este exemplo tem sido usado como forma de sensibilização porque é uma experiência histórica bem sucedida. Dito isso, detalhou um pouco esta experiência e, finalizando, declarou que dela surgiu o novo paradigma: Sistema Único de Segurança Pública, participação e prevenção. Continuando, explicou os objetivos da conferência, quais sejam: a) Constituir um espaço público qualificado para a discussão da segurança pública; b) Colocar em discussão os conceitos centrais de um novo modelo de políticas públicas de segurança pública; c) Promover o reconhecimento e o diálogo entre os diferentes atores inseridos na situação atual da segurança pública; d) Consolidar mecanismos de participação social no âmbito do SUSP; e) Formular os princípios e diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública; e f) Pactuar uma agenda compartilhada. Na seqüência, o servidor declarou que ao final do processo, espera-se: Cidadãos e cidadãs mobilizado(a)s por uma cultura de segurança pública no País; Construídas as idéias-força (princípios e diretrizes) que nortearão a Política Nacional de Segurança Pública; Cadastro nacional de conselhos de segurança ativo; Conselho Nacional de Segurança Pública -

CONASP reformulado e fortalecido como órgão protagonista desta política; Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP reformulado e Agendas emergencial e estrutural pactuadas. O servidor explicou também as dinâmicas do processo: Mobilização; Conferências Deliberativas que buscarão identificar propostas e representantes para as etapas estaduais e nacional; Conferências Livres que visam ampliar e diversificar os espaços de discussão da conferência, reconhecendo as dinâmicas próprias da sociedade; Encontros Consultivos que têm por objetivo produzir contribuições diferenciadas por sua qualidade, inovação e inclusão de outras vozes; Após, o servidor declarou que as conferências são compostas pela seguinte representação: sociedade civil; servidores da segurança pública e gestores de políticas Públicas. Neste contexto, foi explicado que não é interesse do Governo que haja na conferência embates entre as corporações policiais, por isto mesmo todas as corporações chegarão à conferência com o mesmo tamanho. E, para que isto ocorra, foi feito um desenho institucional inovador onde todos terão espaço igual para discussões. Em seguida, o servidor destacou os seis eixos que serão a base da discussão, contudo foi explicado que tais pontos não seriam detalhados haja vista que para isto torna-se necessária uma explicação mais ampla e profunda acerca desses temas, a saber: Eixo 1 - Federalismo e Integração Sistêmica na Segurança Pública: Papéis federativos e agendas comuns; Eixo 2 - Gestão Democrática e Controle Social: Democracia, processos participativos e segurança pública; Eixo 3 - Gestão do Conhecimento, Qualificação e Valorização Profissional; Eixo 4 - Repressão qualificada da criminalidade; Eixo 5 - Prevenção social do crime e da violência e Eixo 6 - Plano Diretor do Sistema Penitenciário; Continuando, o servidor falou rapidamente da metodologia de discussão do texto base da conferência e da estrutura de organização da conferência; E por fim, o servidor apresentou o cronograma geral da conferência e anunciou o portal da conferência, no qual estão registrados os assunto relacionados ao tema que é [www.conseg.gov.br](http://www.conseg.gov.br). Finda a apresentação, os Conselheiros fizeram comentários gerais sobre a importância do tema para a sociedade brasileira. Em especial, a Conselheira Débora Nogueira Bezerra relatou que o ministério que ela representa recebe regularmente propostas para inserção no Plano Plurianual - PPA e no orçamento, que são decorrentes de discussões realizadas em conselhos e conferências, contudo, algumas vezes, essas propostas são encaminhadas em períodos que estão em desacordo com o calendário imposto pela legislação que rege a matéria, em razão disto algumas propostas que refletem o desejo imediato da sociedade tem a sua implementação retardada. Dito isso, alertou que se na Conferência ora apresentada houver propostas que demandam a participação do Ministério do Planejamento, estas serão encaminhadas, em razão da data que será realizada o evento, fora do calendário de elaboração do orçamento. Ante ao comentado, a servidora Cristina Gross Villanova declarou que as propostas da conferência serão baseadas dentro das premissas de dois grandes programas do Governo que é Sistema Único de Segurança Pública e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, os quais já estão em vigência e inseridos no PPA e no orçamento. Em face disto, possivelmente, as novas propostas poderão ser incluídas num destes programas, deste modo, não sofrerão com o lapso temporal tão bem destacado. A mencionada conselheira declarou que fazia votos para que assim fosse, pois normalmente em conferências realizadas num universo amplo e com um nível de participação alto é gerado um volume muito grande e diversificado de propostas. Ademais, a Conselheira parabenizou a iniciativa e ressaltou a importância do evento para a sociedade brasileira. Na sequência, o Presidente agradeceu a exposição, parabenizou a equipe organizadora da conferência e declarou abertas as portas do Colegiado para a conferência e para futuras discussões relacionadas ao desdobramento do tema.

Dando prosseguimento, o Presidente declarou que a SENASP solicitou a inclusão extra pauta de um item referente à Rede INFOSEG. E, com a aquiescência do Colegiado, foi concedida a palavra ao Coordenador da Rede INFOSEG, Reinaldo Las Cazas, o qual inicialmente fez um breve relato da história do INFOSEG e posteriormente fez a prestação de contas das atividades que a Rede estava desenvolvendo a partir da sua gestão, ou seja, de janeiro até a presente data. Em seguida, o servidor disponibilizou ao colegiado o Plano de Diretrizes da Rede e detalhou os principais pontos constantes no mencionado Plano. Após, destacou que na planilha de gastos, anexo ao Plano de Diretrizes, estavam relacionadas as aquisições e os serviços que a Rede pretende realizar até dezembro próximo, as quais viabilizaram as ações expressas no Plano de Diretrizes da Rede . Dito isso, citou e explicou a finalidade de cada uma das aquisições e serviços inseridos na planilha de gasto. Neste contexto, o servidor esclareceu que algumas daquelas aquisições já haviam sido realizadas a fim de sanar situações emergenciais e inesperadas ligadas à segurança da Rede. Em seguida, o servidor informou que o valor total das aquisições e serviços será de R\$ 7.347.631,59 (sete milhões, trezentos e quarenta e sete mil, seiscentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos), sendo R\$

2.933.446,95 (dois milhões, novecentos e trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos) em custeio e R\$ 4.414.184,64 (quatro milhões, quatrocentos e quatorze mil, cento e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) em capital. Aberta a palavra ao Conselho, o conselheiro Alessandro Ferreira dos Passos declarou que esta era a primeira reunião em que participava e estava tomando conhecimento do projeto apresentado naquele momento, uma vez que este item foi inserido extra pauta. Sendo assim, não havia entendido claramente os seguintes pontos: o processo de construção da Rede INFOSEG; o prazo de construção; o montante previsto; a periodicidade das prestações de contas; e se a aprovação do conselho, naquele momento, abrangia a prestação de contas e também as aquisições. O conselheiro Sidnei Borges Fidalgo esclareceu o seguinte: a) A Rede INFOSEG, a partir de 2007, passou a ser uma ação orçamentária contemplada com recursos do Fundo, razão pela qual solicita anualmente ao Conselho autorização para realização de gastos para a manutenção e/ou expansão da Rede; b) As prestações de contas decorrentes das aquisições da Rede são avaliadas pela Controladoria-Geral da União e posteriormente pelo Tribunal de Contas da União. A prestação de contas ora realizada foi feita meramente a título de esclarecimento; c) A aprovação do colegiado refere-se aos itens relacionados na planilha de gastos apresentada. Em seguida, o conselheiro acrescentou que as aquisições mencionadas serão realizadas, após a formalização de todos os procedimentos licitatórios, pela unidade executora do MJ, que é a Coordenação-Geral de Logística - CGL, com o apoio técnico da Rede INFOSEG. Na sequência, o conselheiro Carlos Rogério Cota declarou ser usuário da Rede e por isto podia afirmar que ela é uma ferramenta fundamental no meio policial, não podendo, portanto, sofrer qualquer tipo de interrupções; Além disso, ressaltou que as aquisições pretendidas são relevantes haja vista garantir a segurança da Rede, porque qualquer fragilidade no sistema pode causar grandes prejuízos tanto para o policial como para o cidadão comum. Em seguida, o Presidente indagou ao conselheiro Alessandro Passos se ele considerava respondidas as suas questões. O conselheiro declarou que pelas explicações dadas havia entendido que o que estava sendo solicitado era o aval do Colegiado para o cumprimento de um cronograma com uma perspectiva de execução futura. O Presidente explicou que o aval seria para que as áreas competentes do Ministério da Justiça dêem continuidade aos procedimentos iniciados executando assim o montante de recursos anunciado. A Conselheira Débora Nogueira Bezerra destacou que acompanhava a mesma linha de raciocínio do Conselheiro Alessandro, ponderando que as questões por ele colocadas não se referiam à relevância, ao mérito, a importância ou a não interrupção da Rede e sim à forma como o assunto havia sido apresentado, ou seja, extra pauta, desta forma os conselheiros não tiveram acesso prévio da nota técnica referente ao projeto material e isto impediu que os conselheiros fizessem uma análise adequada do assunto. Dito isso, o Presidente declarou que compreendia a preocupação dos conselheiros, ressaltando que muito embora o técnico tenha trazido uma quantidade grande de informações, talvez, em virtude da complexidade das aquisições e de o tópico ter sido extrapauta, não tenha havido tempo suficiente para que todos os conselheiros julguem estas informações e firmem um convencimento sobre o assunto. O Conselheiro Alessandro Ferreira dos Passos afirmou que tanto ele como a Conselheira Débora Nogueira Bezerra não se opunham às aquisições, contudo, eles não se sentiam confortáveis para manifestar-se conclusivamente acerca do assunto sem a devida análise. Assim sendo, se possível, gostariam de declarar o voto posteriormente. O Presidente adiantou que tal solicitação é plenamente viável uma vez que o voto poderia ser expresso por escrito e enviado por meio eletrônico. O conselheiro Carlos Rogério Cota declarou que como usuário do sistema havia compreendido as explicações e nada tinha a opor. Contudo, compreendia perfeitamente a preocupação demonstrada pelos Conselheiros Alessandro Passos e Débora Bezerra. O Conselheiro Sidnei Borges Fidalgo declarou que também não tinha nenhuma restrição ao pleito. O Presidente informou que antes de finalizar a questão gostaria que o servidor Las Cazas informasse ao Colegiado o motivo pelo qual o assunto havia sido inserido extra pauta. O servidor informou que o planejamento da Rede INFOSEG foi consolidado no primeiro semestre e encaminhado à Coordenação-Geral Orçamentária e Financeira/SENASP, a qual deu o aval para a realização de vários termos de referência que objetivam o aperfeiçoamento da Rede. Deste modo, os processos estavam na CGL/MJ seguindo o trâmite normal do Ministério. À exceção de alguns processos que foram priorizados visto que alguns equipamentos apresentavam desgastes que poderiam comprometer a segurança do sistema. Entretanto, no mês de agosto foi veiculada em jornal televisivo de grande repercussão nacional notícia sobre a venda de senhas de acesso ao INFOSEG, a qual atribuiu este fato às falhas no sistema. A reportagem utilizando-se de senha comprada expôs dados confidenciais extraídos do sistema de altas autoridades governamentais. Neste contexto, o servidor explicou que a falha apontada não estava relacionada à estrutura de geração de senhas do sistema e sim à postura de

alguns usuários, que, apesar de serem servidores públicos, lamentavelmente, autorizaram acessos indevidos por meio de venda senhas. O servidor ponderou que tal declaração é verdadeira uma vez que o sistema possui todos os requisitos de segurança no mesmo nível dos grandes centros de dados do mundo, o que torna impossível a invasão do sistema, prova disto é que não houve registro de nenhuma tentativa de invasão na Rede. O servidor declarou que após este fato o planejamento foi revisto, assim alguns processos que seriam finalizados até o final do exercício foram acelerados para que a estrutura do sistema fosse reforçada ainda mais, de modo a não prejudicar a credibilidade do sistema. Após este esclarecimento, o Presidente declarou que estes acontecimentos já eram do seu conhecimento, contudo, provocou este relato para que também estes fatos fossem levados em consideração pelos conselheiros no juízo que será formulado. O Presidente agradeceu a compreensão dos Conselheiros por terem recebido este assunto extra pauta e declarou que a autorização do Conselho é de grande relevância para o MJ não só pelos motivos ali exposto, mas também porque algumas atividades relacionadas à administração da Rede do INFOSEG a partir de 2007 se integraram as atividades de tecnologia da informação do MJ. Deste modo, as iniciativas do INFOSEG ora expostas, somadas a outras iniciativas que estão em curso na área de TI do Ministério, possibilitarão ao MJ chegar ao final desse processo com uma infra estrutura de dados mais confiável, não só no que se refere à Rede INFOSEG, como também para outros sistemas estruturantes como, por exemplo, o InfoPen - Sistema de Informações Penitenciárias. Em seguida, os demais conselheiros decidiram em respeito aos representantes da Casa Civil e do Ministério do Planejamento que também expressariam os seus votos por escrito. O Colegiado decidiu que a manifestação dos Conselheiros será enviada via e-mail em prazo a ser fixado pela secretaria do conselho em razão da urgência requerida. A conselheira Débora Nogueira Bezerra pediu que quando o e-mail for enviado que também seja incluído um detalhamento maior na planilha de gastos. E para que fique consignado, cabe informar estas solicitações foram atendidas e, transcorrido o prazo estabelecido, o pleito em questão foi aprovado na forma proposta. Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezoito horas e dez minutos deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

**Sylvio de Andrade Junior**

Presidente da Sessão

**Sidnei Borges Fidalgo**

Secretaria Nacional de Segurança  
Pública

**Débora Nogueira Bezerra**

Ministério do Planejamento, Orçamento e  
Gestão

**Alessandro Ferreira dos Passos**

Casa Civil da Presidência da  
República

**Carlos Rogério Ferreira Cota**

Gabinete de Segurança Institucional da  
Presidência da República

**Não representada**

Procuradoria-Geral da República